

EDITORIAL

*A infância tem as suas próprias maneiras de ver, pensar e sentir.
Nada mais insensato que pretender substituí-las pelas nossas.*
(Jean Jacques Rousseau)

O presente número da Revista Construção Psicopedagógica traz de forma contundente o seu caráter multi, inter e transdisciplinar, desde o olhar do professor, do cuidador, do psicopedagogo como, também, do psicólogo. Temos afirmado que a revista busca contemplar os leitores com um conteúdo atual e sob diferentes olhares. Este volume traz como tônica três aspectos que se interligam: o primeiro, ligado à primeira infância; o outro, ligado ao papel do professor em diferentes instâncias e, por último, temos a questão da pesquisa e da escrita criativa.

Neste número, teremos também um artigo especial baseado em um estudo de caso realizado na *Maison des Adolescents* de Rouen, Paris. Embora se trate de um estudo clínico que analisa a criatividade necessária ao psicólogo no acompanhamento de adolescentes, o artigo traz pistas para a intervenção psicopedagógica, possibilitando a ampliação do olhar do psicopedagogo que, por vezes, enfrenta desafios com adolescentes que precisam de uma intervenção mais atenta e, por vezes, de um trabalho interdisciplinar com outros profissionais.

Este número abre com esse artigo ESPECIAL - **A CRIATIVIDADE NECESSÁRIA DO PSICÓLOGO CLÍNICO: ESTUDO DE CASO COM ADOLESCENTE COM ANOREXIA** enviado por Teresa Rebelo, Maître de Conférences en Psychologie Clinique et Psychopathologie. Directrice de l'UFR Sciences de l'Homme et de la Société, Rouen, França que faz parte do Conselho Científico Internacional de nossa revista, escrito em parceria com Emeline Leroy. Esse artigo se baseia num caso clínico, que se refere a uma adolescente de 14 anos, portadora de anorexia nervosa do tipo restritivo, cujas capacidades de elaboração e simbolização mostravam-se significativamente comprometidas.

Na anorexia, a simbolização pode ser gravemente afetada por processos de inibição, o que levanta a hipótese de dificuldades de mentalização, de reconhecimento das próprias emoções ou de sua expressão dirigida a um interlocutor. Nesse contexto, foi necessário buscar estratégias criativas para explorar sua capacidade de elaborar e se expressar.

As autoras reforçam a necessidade do uso da criatividade para ajudar a adolescente no seu processo terapêutico.

O material clínico incluiu o uso de cartas criativas (Bartholi, 2015) e do jogo *Dixit* (Roubira, 2008), empregados como mediadores para favorecer o acesso ao mundo interno da paciente e reduzir a angústia associada ao falar de si. As sessões revelaram o potencial desses recursos na ativação da imaginação, na elaboração simbólica e na construção de narrativas que permitiram a expressão de conteúdos subjetivos antes inacessíveis.

Baseando-se em diversos teóricos, a análise foi sustentada por referenciais psicanalíticos (Freud, 1926; Winnicott, 1963, 1971; Bion, 1959; Green, 1975; Corcos, 2020), que enfatizam a criatividade como função vital do clínico diante de impasses transferenciais e da pulsão de morte silenciosa.

Esta intervenção abre portas para a compreensão de que o atendimento psicopedagógico também precisa se utilizar de processos criativos e de diferentes linguagens expressivas para atender seus pacientes em suas idiossincrasias.

A criatividade representa, portanto, uma alavanca diante de impasses clínicos e institucionais. Ao oferecer recursos diferenciados e continuamente adaptados, o psicólogo assegura uma abordagem individualizada, centrada na experiência singular de cada paciente e em suas dificuldades específicas.

O próximo artigo traz o relato de experiência sobre o processo de construção do Plano Estadual pela Primeira Infância de Sergipe (PEPI SE), **RELATO DA EXPERIÊNCIA COM O PLANO ESTADUAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DO ESTADO DE SERGIPE**, escrito por Ana Luiza Oliva Buratto, Ana Paula de Próspero e Deborah Kotek Selistre, integrantes do AVANTE – Educação e Mobilização Social, organização da sociedade civil com vasto currículo no apoio à elaboração de Planos pela Primeira Infância.

As autoras destacam a importância e o valor social de um Plano Estadual pela Primeira Infância e discorrem sobre os princípios e diretrizes que embasam as estratégias e ações adotadas pela Avante, no trabalho de formação e de apoio técnico e político para elaboração do PEPI SE, junto aos integrantes da Comissão responsável por este trabalho. Num trabalho de parceria entre o Governo de Sergipe, a Fundação Van Leer, o Espaço Àra e a Avante, efetivou-se uma aliança com vistas ao enfrentamento do desafio técnico e político para construção participativa do Plano Estadual pela Primeira Infância - PEPI SE.

Um Plano Estadual pela Primeira Infância conforma-se como um instrumento político e técnico que visa garantir o desenvolvimento integral e integrado das crianças de 0 a 6 anos num determinado estado (Marco Legal pela Primeira Infância, 2016; RNPI, 2020). Dentre os documentos legais e normativos que fundamentam a sua construção estão o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990), o Marco Legal pela Primeira Infância – MLPI (MLPI, 2016), a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância – PNPI (Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, 2024), e o Plano Nacional pela Primeira Infância – PNPI (RNPI, 2020). É recomendado, também, fazer um alinhamento constante com as diretrizes e deliberações da Rede Nacional pela Primeira Infância.

O esforço e o trabalho conjuntos para construir o Plano visa contribuir para maior clareza e aprofundamento da consciência social sobre o lugar da criança na família, na sociedade e nas decisões e ações governamentais para a boa condução das políticas públicas e seus programas, bem como para o fortalecimento de uma cultura do cuidado integral à criança.

Dados do censo de 2022 apontam que, no Brasil, o número de crianças de 0 a 6 anos é de 18,1 milhões, o que representa 8,9% de toda a população. Destas, 54% são pretas ou pardas, 44,7% brancas, 1% indígenas e 0,2% amarelas. Pouco mais de 10 milhões (55,4%) vivem em famílias de baixa renda, com renda mensal per capita de até meio salário-mínimo. Cerca de três a cada quatro famílias de baixa renda com criança pequena são chefiadas por mães solo e 60% destas crianças não frequentam nem frequentaram creche ou pré-escola. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

Portanto, destaca-se que um significativo e estratégico setor da população necessita ser devidamente atendido e cuidado e por isso, ressalta-se a importância do planejamento e elaboração de um plano que atenda essas necessidades.

Para conhecer o plano com detalhes, convidamos a leitura atenta do artigo que traz a seguinte conclusão:

O resultado alcançado permite observar que o PEPI garantiu a concretude ao SER CRIANÇA, por meio das ações, metas e prazos organizados pelos quadros operativos, e o SER CRIANÇA, por sua vez, fortaleceu a realização do PEPI, uma vez que os programas e projetos da política se alinham às situações-problema a serem enfrentadas pelo Plano, asseguram alicerces políticos para sua efetivação e já apresentam previsão orçamentária às ações e metas.

Monique Ferreira Monteiro Beltrão, da EBWU-Emil Brunner World University, Miami, EUA, nos traz um artigo muito interessante e atual: **ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A ATUAÇÃO E DESAFIOS DO PROFESSOR E A PROIBIÇÃO DO CELULAR NA SALA DE AULA: UMA AÇÃO PEDAGÓGICA.** O artigo nos traz uma reflexão sobre os dilemas vivenciados pelo profissional docente em sua carreira, desde a formação docente e a sua vivência na escola por causa das suas necessidades, propósitos e desafios. Dentre eles, está a Lei n 15.100/2025 sancionada que estabelece restrições ao uso de celulares e dispositivos eletrônicos em todas as etapas da Educação Básica, nas escolas públicas e privadas do País.

A autora nos traz que a medida tem o objetivo de melhorar a convivência social e incentivar o uso da internet e da tecnologia de forma responsável e com intencionalidade pedagógica no ambiente escolar, além de proteger a saúde mental, física e psíquica dos estudantes.

A Escola é um dos primeiros ambientes socializadores em que os estudantes são inseridos. O educador ajuda-os a adquirir conhecimentos todos os dias e a desenvolver interações, impactando nas relações da criança, inicialmente, e em seu modo de perceber o mundo. Além disso, o professor é um dos principais responsáveis pelas atividades na educação que são essenciais para formar sujeitos críticos, reflexivos e respeitosos.

O artigo nos aponta que, mesmo que se reconheça que a tecnologia possa trazer benefícios para a educação, quando utilizada de forma orientada, estudos e vivências apontam que o uso indiscriminado de celulares expõe crianças e adolescentes a conteúdos inadequados ao ambiente escolar, como jogos, redes sociais ou outras ferramentas que os distraem das atividades.

HAIDT, J. (2024), um destacado estudioso do tema, no livro *A Geração Ansiosa: como a infância hiper conectada está causando uma epidemia de transtornos mentais*, reafirma o que o estudo nos traz. Por isso, este artigo serve de um alerta importante para educadores e psicopedagogos.

O próximo artigo **ENTREVISTA DIALÓGICA PARA O DIAGNÓSTICO E MEDIAÇÕES TERAPÊUTICAS: AMPLIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA E DIÁLOGO COM AS CAPACIDADES DOS DIFERENTES ESTILOS “COGNITIVOS-SOCIOAFETIVOS”**, escrito por Eloisa Quadros Fagali e Lídia Santana Urresti, da PUC-SP/Instituto Sedes Sapientiae. Segundo as autoras, a entrevista dialógica surge como uma ferramenta inovadora e humanizadora no âmbito clínico e psicopedagógico, destacando-se na anamnese, diagnóstico e acompanhamento familiar. Baseada na construção conjunta de sentido, essa abordagem fundamenta-se na escuta ativa, no diálogo autêntico e na valorização das múltiplas vozes, promovendo protagonismo tanto dos profissionais quanto dos clientes.

[..] Em contraste com os modelos tradicionais de entrevistas, caracterizadas por questionários rígidos e sequenciais, a abordagem dialógica promove a construção compartilhada de significados, sustentada pelo diálogo autêntico, na escuta ativa e no acolhimento aberto do discurso dos participantes. As relações terapêuticas e orientações profissionais e cuidadores requerem uma perspectiva dialógica, que envolve a escuta das diferenças e o reconhecimento do potencial de cada indivíduo que ouve e se expressa, contemplando diferentes profissionais nos cursos de formação, terapeuta, cuidadores familiares e educadores.

O artigo apresenta relatos clínicos, depoimentos de aprendizes e devolutivas psicopedagógicas que ilustram a aplicação da entrevista dialógica, utilizando principalmente contos, desenhos e

outras expressões simbólicas como recursos facilitadores da escuta e da conexão entre estilos cognitivo-socioafetivos.

Nos recortes de experiências apresentados por meio dos depoimentos dos participantes da dialógica – incluindo adultos aprendizes, pais e crianças – foi comprovada a eficácia dessa dinâmica, na qual se entrecruzam conversações e escutas que valorizam as diferenças de potenciais, saberes e vivências de cada indivíduo, assim como o valor de seus estilos cognitivo-socioafetivos.

As autoras Marcela Silva Baccelli, da Universidade de Uberaba e Rosa Maria Frugoli da Silva, da Universidade Metodista de São Paulo nos trazem o artigo **RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES DOCENTES**.

Elas ressaltam que a infância constitui uma etapa fundamental do desenvolvimento humano, na qual as interações sociais, culturais e ambientais configuram condições de existência e possibilitam a construção das relações da criança com o mundo. Neste sentido, a pesquisa realizada visava compreender as percepções de docentes da Educação Infantil acerca das questões de gênero.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio da aplicação de um questionário sociodemográfico e da realização de entrevistas semiestruturadas com docentes da Educação Infantil de escolas públicas (duas instituições, com participação de seis docentes) e privadas (duas instituições, com participação de oito docentes).

O artigo nos traz dados que reforçam que a Educação Infantil esteve historicamente associada a discursos que legitimavam a pertença ao gênero feminino como condição *sine qua non* para o exercício da docência com crianças pequenas, baseados no modelo familiar e materno de cuidado, reduzindo o papel docente à mera transposição de cuidados maternos. No presente estudo, dos quatorze docentes participantes, treze eram do gênero feminino e um do gênero masculino.

A escola ao reproduzir e valorizar uma identidade única, acaba por estimular a discriminação ou a segregação, promovendo a exclusão do diferente, ou seja, dos sujeitos que não obedecem, não correspondem ou não se comportam conforme sua natureza.

As autoras concluíram que:

[...] a educação e o espaço escolar configuram-se como locais privilegiados para problematizar as relações de poder presentes na identidade e na diferença. Todavia, tais espaços também podem servir como instrumentos de homogeneização cultural, caso não reconheçam as diferenças como fonte de enriquecimento. Dessa forma, torna-se imprescindível que as diferenças sejam respeitadas e valorizadas no âmbito da instituição escolar.

O artigo **A INTERAÇÃO ENTRE PROFESSOR E CUIDADOR ESCOLAR NO CONTEXTO DO AEE: PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA**, escrito por Paulo Ricardo de Sousa Batista e Weliton Campelo Rodrigues Junior, da Universidade Federal do Piauí - CAFS/UFPI, Jonas Gonçalves Almeida e Ellery Henrique Barros da Silva, da Universidade Regional do Cariri – URCA, nos trazem uma revisão de literatura sobre a interação entre professor e cuidador escolar no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com foco nas perspectivas de cooperação pedagógica.

Os autores utilizaram o método PRISMA. Foram utilizados 9 (nove) artigos encontrados no *Google Acadêmico*, considerando publicações de janeiro de 2015 a setembro de 2025.

Para que a inclusão educacional se concretize, é indispensável a atuação integrada de professores e de profissionais que exerçam funções de apoio direto ao estudante, como o cuidador educacional.

No entanto, os resultados demonstram que o cuidador perpassa por um longo processo de falta de reconhecimento e qualificação na sua área, sendo, na maioria das vezes, desvalorizado na sala de aula, embora desempenhem um papel que fomente a autonomia e independência

[...] o cuidador escolar desempenha papel fundamental na manutenção de um diálogo constante com o aluno, o professor e a família, contribuindo para a identificação e o enfrentamento das dificuldades vivenciadas pelo estudante nas atividades escolares. A partilha de informações e o planejamento conjunto entre professor e cuidador são, portanto, elementos essenciais para a promoção de um ambiente de aprendizagem inclusivo e significativo.

Na análise dos materiais os autores constataram, com a pesquisa, que o cuidador exerce um papel fundamental de mediação no processo de ensino e aprendizagem de alunos atípicos

Conclui-se que o papel do cuidador escolar vai muito além de observar e auxiliar o aluno. Ele envolve a capacidade de perceber, atuar, construir e reconstruir novos conceitos a partir das dificuldades e potencialidades de cada indivíduo. Assim, as ações desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem tornam-se mais significativas e precisas, uma vez que o cuidado é traçado de forma intencional e reflexiva.

Paulo Sergio de Oliveira Junior encerra este volume com a resenha do livro **COMO ESCREVER MESMO ESTANDO EM PÂNICO: DA FOLHA EM BRANCO AO TEXTO COMPLETO**, obra de Carolina Zuppo Abed (2022), que amplia a visão da escrita, propondo um olhar criativo para um processo que, em muitos casos, é temido pelo indivíduo, a ponto de ser negligenciado no ambiente escolar, ou então reduzido burocraticamente a um conjunto de habilidades elencadas pelos sistemas de ensino.

Caos e ordem são dois termos utilizados por Abed ao longo dos vinte e nove capítulos que compõem a obra. Ainda que curtos, esses capítulos apresentam personalidade na escrita, pois a autora se coloca, também, nesse processo, fazendo com que o leitor tenha acesso ao modo como a psicopedagoga compõe seus próprios textos. Nesse sentido, a autora exemplifica o que se professa em Psicopedagogia, no que se refere a desenvolver um olhar sobre o próprio processo de aprendizagem.

A autora destaca que, ao lado da escrita, a leitura é uma importante ferramenta para a construção de um repertório que facilite o processo de escrita. Destaca também que ler deve ser um exercício crítico, participativo, dialogando com o texto lido, concordando ou não com ele.

O livro se encerra com a afirmação da autora de que, por mais que haja técnicas para a escrita literária, é fundamental que a pessoa se conheça para que compreenda quais técnicas fazem ou não sentido, quais são suas afinidades com os gêneros textuais, seu repertório de ideias e de outros autores, suas vivências e experiências de vida. O autoconhecimento precede o fazer criativo da escrita.

Desta forma, a **Revista Construção Psicopedagógica** convida você, leitor, para refletir sobre as diferentes possibilidades do trabalho psicopedagógico, bem como a sua interface com outros campos: Educação, Linguagem, Psicologia, Sociologia, entre outras. Além da sua companhia, esperamos também a sua contribuição para a próxima revista. Ela é muito importante para nós!

Marlene Coelho Alexandroff
Editora Científica